DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NOS ANOS INICIAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM IN THE EARLY YEARS: CONTRIBUTIONS FROM PSYCHOLOGY AND EDUCATIONAL STRATEGIES

Rafaela Lima Xavier

Graduada em Psicologia, Centro Universitário INTA – UNINTA – Campus Itapipoca, Brasil E-mail: rafaellaxavier.limaa@gmail.com

André Sousa Rocha

Doutorando em Psicologia, Professor do curso de Psicologia do centro Universitário INTA – UNINTA – Campus Itapipoca, Brasil

E-mail: andre.rocha@uninta.edu.br

Mauro Michel El Khouri

Doutor em Psicologia, Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário INTA – UNINTA – Campus Itapipoca, Brasil

E-mail: mauro.khouri@uninta.edu.br

Haline Maria Parente Rodrigues

Mestra em Psicologia, Professora do curso de Psicologia Centro Universitário INTA – UNINTA – Campus Itapipoca. Brasil

E-mail: haline.rodrigues@uninta.edu.br

Recebido: 01/05/2025 - Aceito: 15/05/2025

Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender as contribuições da psicologia para as estratégias educacionais voltadas à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais do ensino fundamental. Por meio de uma revisão integrativa, foram analisados 10 artigos selecionados a partir de critérios específicos de inclusão e exclusão, publicados entre 2012 e 2022, nas bases SciELO e LILACS. Os resultados apontam que a inclusão de crianças com TEA exige adaptações significativas por parte das instituições escolares e dos profissionais envolvidos. Práticas pedagógicas que promovam a autonomia, comunicação e criatividade são essenciais, assim como o uso de tecnologias assistivas e estratégias individualizadas. A atuação interdisciplinar, envolvendo professores, famílias, psicólogos e especialistas, mostrou-se fundamental para o sucesso da inclusão. Entretanto, os estudos indicam dificuldades recorrentes, como a falta de formação continuada dos docentes, a ausência de planejamento escolar inclusivo e fragilidades na articulação entre escola e família. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi destacado como recurso necessário para garantir apoio individualizado. As principais limitações são problematizadas ao final.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Psicologia escolar; Estratégias pedagógicas; Atendimento Educacional Especializado.

Abstract

This study aims to understand the contributions of psychology to educational strategies aimed at the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the early years of elementary school. Through an integrative review, 10 articles selected based on specific inclusion and exclusion criteria, published between 2012 and 2022, in the SciELO and LILACS databases were analyzed. The

DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

results indicate that the inclusion of children with ASD requires significant adaptations on the part of schools and professionals involved. Pedagogical practices that promote autonomy, communication, and creativity are essential, as well as the use of assistive technologies and individualized strategies. Interdisciplinary action, involving teachers, families, psychologists, and specialists, proved to be fundamental for the success of inclusion. However, studies indicate recurring difficulties, such as the lack of continuing education for teachers, the absence of inclusive school planning, and weaknesses in the articulation between school and family. In addition, Specialized Educational Assistance (AEE) was highlighted as a necessary resource to ensure individualized support. The main limitations are discussed at the end.

Keywords: School inclusion; Autism Spectrum Disorder; School psychology; Pedagogical strategies; Specialized Educational Assistance.

1. Introdução

A inclusão social de pessoas com deficiência, sobretudo no contexto escolar, constitui-se como um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. Durante séculos, indivíduos com deficiências neurológicas ou físicas foram privados do direito de estudar em ambientes sociais e coletivos (Aranha, 2004). Essa realidade começou a se remodelar a partir da década de 1990, com a promulgação das primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), após o fim da ditadura militar no Brasil.

Embora ainda cercada de críticas quanto a sua efetividade, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares tornou-se uma prática cotidiana a partir da década de 1990 (Ferreira, 2012). Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), lançada pelo Ministério da Educação (MEC), fortaleceu essa proposta, ao ampliar o acesso à educação inclusiva tanto em redes públicas quanto em salas de aula regulares (Brasil, 2008).

No contexto da educação inclusiva, é possível observar que os desafios se multiplicam. Eles se evidenciam tanto no nível profissional, ao envolver o preparo e a atuação de professores e equipes pedagógicas, quanto no pessoal, ao exigir das famílias um papel ativo na proteção e integração social da criança com deficiência. Dessa forma, ser educador nesse cenário demanda conhecimento técnico e formação especializada, além de características subjetivas como empatia, flexibilidade e desejo de inclusão (Brasil, 2008).

A inclusão escolar exige que as instituições se adaptem à diversidade dos alunos, oferecendo atenção personalizada e reconhecendo as singularidades de

cada sujeito (Lemos et al., 2016; Silva e Ribeiro, 2023). Desde a implementação da Lei Brasileira de Inclusão, houve um aumento significativo no número de estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares: de 23% em 2003 para 81% em 2015 (INEP, 2014). Nesse cenário, a presença de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) nas escolas regulares se tornou comum

(Lemos et al., 2016; Sanini et al., 2013).

O TEA é caracterizado por dificuldades nas habilidades sociocomunicativas — ou seja, na comunicação e na interação social — além de padrões de comportamentos repetitivos e interesses restritos (APA, 2013). De acordo com o DSM-5, esses sintomas aparecem nos primeiros anos de vida e podem comprometer significativamente o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013). Estima-se que nos Estados Unidos uma em cada 68 crianças seja diagnosticada com TEA (Centers for Disease Control and Prevention - CDC, 2012). No Brasil, embora os dados epidemiológicos sejam menos consolidados, observa-se avanco nas estimativas: a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou que 0,9% das crianças entre um e 13 anos possui diagnóstico de TEA, totalizando aproximadamente 270 mil indivíduos nessa faixa etária (IBGE, 2019). O Censo Escolar de 2023, por sua vez, registrou 376 mil matrículas de estudantes com TEA na educação básica, um aumento de 170% em relação a 2017, indicativo da expansão de políticas de inclusão e da melhoria nos processos de detecção (INEP, 2023). Projeções baseadas na prevalência global de 1%, estimada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sugerem que até dois milhões de brasileiros podem estar no espectro autista, conforme destacado pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) em 2022 (ABA, 2022).

Apesar dos avanços, o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, publicado pelo Ministério da Educação, representa um retrocesso nos direitos de inclusão educacional. O texto aponta novas diretrizes para a educação especial, mas tem sido interpretado como uma forma de negacionismo da inclusão prevista na Constituição Federal (Brasil, 2020). As salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), nesse contexto, assumem um papel fundamental ao oferecer suporte individualizado e curricular adaptado, preparando os alunos para a inclusão

DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

plena em turmas regulares.

O AEE visa garantir o acesso ao currículo por parte de estudantes com deficiência, inclusive os com TEA e altas habilidades. Sua presença é requerida em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2020). A educação especial baseia-se em princípios que valorizam a diversidade, promovem equidade e asseguram que nenhuma particularidade seja razão para exclusão (Tezani, 2009).

Os dados e legislações citados mostram a relevância de ampliar os esforços para a inclusão de crianças com autismo nas escolas. O trabalho com esse público requer criatividade, vínculo afetivo e confiança entre profissional e aluno, pois essas condições favorecem a aprendizagem e o bem-estar da criança (Campos e Barbosa, 2016).

As concepções dos professores sobre a inclusão e a relação estabelecida com os alunos são fundamentais para o êxito do processo. Com o tempo, essas percepções podem se transformar a partir da convivência em sala de aula (Alves, 2016). Portanto, os docentes devem instrumentalizar sua prática pedagógica para atender de forma mais efetiva às demandas específicas dos alunos com TEA (Mota e Brites, 2019).

A psicologia, enquanto ciência que estuda o comportamento humano e os processos mentais, apresenta ampla aplicabilidade no contexto escolar. A psicologia educacional, por exemplo, surgiu com contribuições de teóricos como William James, John Dewey, Edward Thorndike e Lev Vygotsky — autores que ajudaram a consolidar o campo ao refletir sobre o desenvolvimento humano e as práticas de ensino (Dewey, 1997; James, 1950; Thorndike, 1903; Vygotsky, 1997). A psicologia escolar, por sua vez, tem como objeto a escola e suas dinâmicas, sendo voltada à compreensão e intervenção nos processos escolares com vistas à promoção da inclusão (Antunes, 2008; Marinho-Araujo, 2010; Santrock, 2017).

1.1 Objetivos Gerais

Compreender as contribuições da psicologia para as estratégias educacionais e a inclusão de crianças autistas nas escolas nos anos iniciais.

DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

2. Revisão da Literatura

Trata-se de uma pesquisa com delineamento qualitativo do tipo revisão integrativa da literatura, que permite reunir e sintetizar de maneira sistemática produções científicas sobre determinado tema, mesmo que abordadas sob diferentes metodologias. Essa abordagem tem como finalidade responder a uma questão de pesquisa específica e promover um panorama ampliado do conhecimento disponível (Souza et al., 2010).

Para a construção deste trabalho, adotaram-se as seis etapas propostas por Souza et al. (2010): 1) identificação da questão norteadora; 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; 3) categorização e extração de dados dos estudos selecionados; 4) avaliação crítica dos estudos incluídos; 5) interpretação dos resultados; e 6) síntese do conhecimento.

A busca pelos estudos foi realizada nas plataformas de pesquisa: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Utilizaram-se combinações de unitermos relacionados à inclusão de crianças com TEA, estratégias educacionais, práticas pedagógicas e anos iniciais do ensino fundamental.

Os critérios de inclusão foram: publicações entre 2012 e 2022, artigos disponíveis na íntegra, redigidos em português, e que respondessem diretamente à temática investigada. Foram excluídos artigos não disponíveis em texto completo ou que não abordassem diretamente a temática proposta. Após a triagem, 107 artigos foram inicialmente encontrados. Em seguida, com base na análise de títulos, resumos e aplicação dos critérios de elegibilidade, restaram 10 estudos que compuseram a amostra final.

As informações extraídas dos artigos selecionados foram organizadas em um quadro-síntese, contendo: título, autor, ano, objetivo e principais resultados. A discussão foi desenvolvida de maneira descritiva e crítica, a fim de compreender os avanços, desafios e lacunas no campo da inclusão de crianças autistas nos anos iniciais da educação básica.

Quadro 01: Síntese dos Artigos

ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS
2022	Camila Alves de Oliveira Freitas et al.	As estratégias educacionais e a inclusão de crianças autistas nas escolas nos anos iniciais	Identificar os principais desafios dos professores e estratégias de ensino para crianças com autismo.	Necessidade de formação continuada e ambiente inclusivo.
2013	Rogério Eduardo Cunha de Oliveira	Estratégias para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista	Apontar estratégias para a inclusão de alunos com TEA.	Práticas possíveis com planejamento individualizado.
2014	Luana Stela Weizenmann et al.	Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes	Investigar experiências e práticas docentes com alunos autistas.	Adequações pedagógicas conforme as características dos alunos.
2015	Lucila Maria Costi e Débora Conforto	Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista	Discutir o uso de tecnologias móveis na inclusão de alunos com TEA.	Tecnologia como apoio à inclusão e à mediação pedagógica.
2021	Samara da Silva Carvalho e Gisele Soares Lemos Shaw	Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA.	Investigar a colaboração entre família, escola e especialistas na inclusão.	Falta de interação entre agentes escolares e familiares.
2014	Yêda Dantas Souza e Gustavo de Oliveira Andrade	A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista nos anos iniciais do ensino fundamental	Analisar práticas e obstáculos para inclusão de alunos com TEA.	Necessidade de formação e adaptação no planejamento escolar.
2021	Giordana Cunha Fróes	A inclusão escolar de crianças	Investigar a inclusão de crianças autistas	Desafios da escola e necessidade de

DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

		autistas: um estudo de caso no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental	na escola pública do DF.	reorganização interna.
2012	Maria Conceição Cordeiro Queiroz et al.	O psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem das crianças autistas	Identificar o papel do psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem.	Importância do psicólogo como mediador no processo educativo.
2018	Janaina dos Santos Pereira	A inclusão de crianças com aspectos autista na educação infantil	Compreender propostas de educação para autistas na educação infantil.	Necessidade de experiências adequadas para efetiva inclusão.
2021	Silvania Pereira Silva et al.	Inclusão de pessoas com autismo na escola: enfrentamentos e estratégias	Analisar estratégias e enfrentamentos na inclusão escolar de alunos autistas.	Importância da colaboração familiar, médica e pedagógica.

Fonte: Autores (2025).

Após a análise dos artigos, foi possível perceber que alunos com TEA necessitam especialmente de um apoio educacional adequado para que o processo de ensino-aprendizagem possa ocorrer de forma satisfatória (Agostini e Freitas, 2022). É importante que o professor adote práticas pedagógicas que incluam atividades estimulantes, promovendo a autonomia, a comunicação e a criatividade dos alunos (Andrade, 2014). A inclusão também depende da disponibilidade de recursos tecnológicos, como indicam Santarosa e Conforto (2015), ao demonstrar que tecnologias móveis podem facilitar o engajamento e a aprendizagem de estudantes com TEA.

Além disso, é essencial considerar como as ações são influenciadas pelas perspectivas institucionais e pelo planejamento escolar (Weizenmann et al., 2020). A atuação dos professores, como destacam Pereira e Silva (2022) e Froés (2021), reflete tanto os sentimentos envolvidos quanto os desafios cotidianos da prática

DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

inclusiva. A colaboração entre a família, os profissionais e a escola aparece como um ponto frágil, conforme apontado por Carvalho e Shaw (2021), e deve ser fortalecida para garantir o suporte necessário.

Nesse contexto, a construção de uma rede integrada que envolva educadores, familiares e especialistas é indispensável para o sucesso da inclusão (Silva et al., 2020). O papel do psicólogo escolar também foi ressaltado por Queiroz et al. (2017) como mediador no processo de aprendizagem, uma vez que contribui com uma escuta qualificada e intervenções adaptadas às necessidades de cada criança.

Fleira e Fernandes (2019) ilustram o impacto positivo de práticas personalizadas, ao relatarem como um aluno com dificuldades em matemática pôde se destacar quando teve seu aprendizado adaptado. De forma semelhante, Aporta e Lacerda (2018) evidenciam que, ao reconhecer as potencialidades do aluno, a professora reorganizou seu planejamento de forma sensível e eficaz.

Contudo, os desafios permanecem evidentes. Kubaski (2014) observou que, frequentemente, o atendimento ao aluno com TEA limita-se à contenção de crises, sem apoio estruturado e planejado para a aprendizagem. Isso se acrescenta às conclusões de Pasian et al. (2016), que apontam a ausência de formação adequada dos professores como uma barreira estrutural. A escassez de políticas claras e a deficiência na formação contínua são entraves persistentes (Battisti & Heck, 2015; Fink, 2018).

Por isso, o atendimento promovido pelo AEE precisa ser fortalecido, com investimento em infraestrutura, formação docente e planejamento curricular inclusivo (Brasil, 2020). A educação, nesse horizonte, deve ser compreendida como um direito essencial, cuja garantia pode transformar o modo como a criança autista se percebe e é reconhecida socialmente.

Para finalizar, cabe salientar que a bibliografia consultada reforça a necessidade de práticas educativas acolhedoras e planejadas, ao destacar o papel fundamental da formação continuada e do suporte interdisciplinar. Sob esse enfoque, a pesquisa almejou integrar contribuições relevantes para a melhoria das práticas inclusivas nos anos iniciais do ensino, com ênfase nas crianças com TEA.

DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

3. Considerações Finais

Diante dos fatos apresentados ao longo deste estudo, foi possível perceber que existem diversas estratégias e técnicas voltadas à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, observou-se uma dificuldade recorrente entre os educadores quanto à participação em ações de formação continuada, fator que impacta diretamente a efetividade do processo inclusivo. Essa limitação está relacionada à ausência de uma formação específica para a educação inclusiva. A pesquisa demonstrou que, mesmo entre os profissionais que afirmaram ter conhecimento e experiência com alunos com TEA, há pouca prática efetiva em atividades essenciais, como o planejamento de rotinas e a comunicação com pais ou responsáveis. Vale destacar que o processo formativo dessas crianças requer a atuação articulada de toda a equipe pedagógica, não apenas do professor em sala de aula.

Ressalta-se, portanto, a importância da busca contínua por conhecimento, especialmente no que se refere à compreensão do TEA no contexto educacional. A inclusão começa com a aquisição e aplicação prática desse conhecimento, tendo como foco principal a criança em desenvolvimento.

A comunicação constante com os responsáveis também se mostra uma estratégia relevante, contribuindo para a observação e o estímulo das características individuais do aluno, além de auxiliar no encaminhamento a avaliações especializadas para diagnóstico, quando necessário.

Outro aspecto essencial é o acolhimento adequado da criança já diagnosticada, com a apresentação da escola, da rotina e do ambiente escolar, favorecendo sua adaptação. A previsibilidade, nesse caso, é um elemento-chave no desenvolvimento do aluno com TEA. Somam-se a isso a presença de profissionais capacitados e a preparação do espaço escolar para lidar com as diferentes necessidades desses estudantes.

As estratégias levantadas nesta pesquisa apontam para a importância do enfrentamento coletivo das barreiras à inclusão. Três eixos principais foram

DOI: 10.61164/rmnm.v9i1.3982

identificados: o papel do professor no processo inclusivo, o papel das políticas públicas e os caminhos possíveis para práticas pedagógicas efetivas.

Além disso, identificou-se uma lacuna que vai desde a atuação dos profissionais até a ausência de orientações claras nos documentos institucionais das escolas. Muitos docentes revelaram desconhecimento sobre adaptações curriculares para estudantes com TEA, o que reforça a necessidade urgente de formação adequada. A deficiência nessa formação compromete diretamente a qualidade do ensino inclusivo e o desenvolvimento dos alunos com necessidades específicas.

É fundamental que os professores recebam formação continuada, a fim de que estejam preparados para aplicar práticas inclusivas de maneira consistente e eficaz. O psicólogo escolar também desempenha um papel relevante nesse processo, podendo contribuir com ações formativas e intervenções voltadas à inclusão de crianças com TEA, em articulação com outros profissionais.

Infere-se, portanto, que o professor possui um papel central na efetivação do ensino especializado. Para isso, a escola deve investir não apenas em adaptações físicas, mas também na qualificação contínua dos profissionais que atuam diretamente com esse público. O contato inicial e frequente da criança é com o professor, que precisa estar preparado para atuar de forma inclusiva, em parceria com a equipe escolar.

Por fim, esta pesquisa apresentou o conceito de autismo com base em autores especializados, trazendo suas experiências e análises. Considerando que a educação é um direito fundamental, a formação e o acolhimento da criança autista na escola refletem diretamente em seu presente e futuro como cidadã.

Conclui-se, assim, que a inclusão de crianças com TEA ainda enfrenta desafios significativos, mas também se apresenta como uma prática possível e necessária. Conhecer diferentes formas de efetivar essa inclusão, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade, é essencial para garantir que essas crianças se desenvolvam plenamente como sujeitos de direitos.

Referências

AGOSTINI, Júlia Maria Girotto; FREITAS, Lucas Cordeiro. Habilidades sociais educativas de pais de crianças com autismo: revisão de literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 26, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: **Artmed**, 2013.

ANDRADE, Elciana Roque de Souza. Equipe multiprofissional no atendimento educacional especializado: uma experiência com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: GOMES, Álvaro (org.). O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi; Sindicato dos Bancários da Bahia, 2008. p. 17–31.

APORTA, A. P.; LACERDA, C. B. F. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no Ensino Fundamental I. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 125-140, 2018.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva: a escola. Brasília, 2004. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Relatório técnico: atualização em Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília, DF: ABP, 2022

BATISTTI, Aline Vasconcelos; HECK, Giomar Maria Poletto. A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, 2015.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 out. 2020.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. BNC e educação infantil: quais as possibilidades. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p. 83-96, 2016.

CARVALHO, Samara da Silva; SHAW, Gisele Soares Lemos. Relação entre família, escola e especialistas no processo de inclusão escolar de crianças autistas no município de Campo Formoso/BA. **Desafios da Educação Inclusiva no Semiárido Brasileiro,** v. 1, n. 1, p. 1–15, 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. *Autism Prevalence Higher, According to Data from 2020 ADDM Network.* Atlanta, GA: CDC, 2023.

DEWEY, John; LLAVADOR, José Beltrán; LLAVADOR, Francisco Beltrán. **Mi** credo pedagógico. León: Universidad de León, 1997.

FERREIRA, Maria José. A prática do assistente social na Escola Municipal Adolfo Bezerra de Menezes: uma experiência do município de Uberaba/MG. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade (ou Instituição de Ensino), Local, 2012.

FINK, Isabel Cristina. Autismo e educação: possibilidades e estratégias de inclusão. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2018.

FLEIRA, R. C.; FERNANDES, S. H. A. A. Ensinando seus pares: a inclusão de um aluno autista nas aulas de matemática. **Bolema**, v. 33, n. 64, p. 1185-1206, 2019.

FRÓES, Giordana Cunha. A atuação do psicólogo escolar na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

NSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Escolar da Educação Básica 2023: notas estatísticas*. Brasília, DF: INEP, 2023.

JAMES, William. 1950. The principles of psychology. **Volume I**, 1890.

KUBASKI, Cristiane et al. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo na perspectiva de seus professores: estudo de caso em quatro escolas do município de Santa Maria/RS. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Esp**ecial, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: pesquisa e intervenção. **Em Aberto**, v. 23, p. 15–35, 2010.

MOTA, Luciana; BRITES, Clay. Mentes únicas. São Paulo: Editora Gente, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Autism spectrum disorders. Genebra: OMS, 2022.

QUEIROZ, M. C. C.; TAKEI, R. F.; RAPOLD, R. C. M. O psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem das crianças autistas. *Revista Acadêmica UniversoSalvador*, Salvador, v. 3, n. 6, 2017.

PAULA, Silvana; RIBEIRO, Samira; FOMBONNE, Eric; MERCADANTE, Marco Antonio. Prevalência de transtornos do espectro autista: uma revisão da literatura. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 38, n. 4, p. 131-140, 2011.

PASIÁN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala. *Educação em Revista*, v. 33, 2017

PEREIRA, Mara Dantas; SILVA, Joilson Pereira da. Psicóloga(o) escolar na educação inclusiva: contribuições e perspectivas da profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, e263525, 2022.

SANINI, C. et al. Competência social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 39-46, 2013.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Daniela. Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 4, p. 535–552, out./dez. 2015.

SANTROCK, John W. Psicologia da educação. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.

SILVA, Ediélica Neves; RIBEIRO, Thiago Soares. A atuação do psicólogo no processo de inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista nível 1. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 11, n. 1, 2023.

SILVA, R. F.; PIMENTEL, F. D.; ARAÚJO, M. C. A colaboração entre família e escola na inclusão de alunos com TEA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 3, p. 571–586, 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102–106, jan./mar. 2010.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 6, p. 359-374, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993

THORNDIKE, Edward L. Educational Psychology. New York: **Lemcke & Buechner**, 1903.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: M. Fontes, 1993.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.